
Afirmação do projeto ético-político na formação e trabalho profissional: estágio supervisionado no contexto da pandemia

Affirmation of the ethical-political project in training and professional work: supervised internship in the context of the pandemic

Márcia de Barros Lima¹

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini²

Heloise Helena Pereira Nunes³

Aurora Fernandez⁴

Ayesha Gabriela Porto⁵

RESUMO

A pandemia de coronavírus impôs inúmeros desafios às Universidades para a organização dos processos de ensino, pesquisa e extensão. Este artigo refletirá as condições do estágio supervisionado, desenvolvido no primeiro semestre de 2021, no Curso de Serviço Social da Unifesp – Campus Baixada Santista, a partir da contribuição dos três sujeitos envolvidos: discentes, supervisoras de campo e acadêmico, durante o percurso formativo, no contexto da pandemia de Covid-19. Os dados refletem como foi trilhado o processo de estágio supervisionado, sua particularidade na formação profissional, as respostas coletivas encontradas para os desafios e sobretudo, a defesa intransigente do ensino público, presencial e socialmente referenciado.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, Estágio supervisionado, Projeto ético-político, Pandemia do coronavírus.

¹ Doutora em Serviço Social pela PUC São Paulo. Assistente Social do CREAS/Guarujá/SP e Supervisora de Campo. Telefone: 55 13 991331811. E-mail: marciamb1313@gmail.com.

² Doutora em Serviço Social pela PUC SP. Docente da Unifesp no Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. Vice Coordenadora de Estágio de Serviço Social da Unifesp e Supervisora Acadêmica. E-mail: francisca.pini@unifesp.br.

³ Mestra em Serviço Social e Políticas Sociais pela Unifesp. Assistente Social e Coordenadora de Estágio de Serviço Social da Unifesp. E-mail: heloise.nunes@unifesp.br.

⁴ Assistente Social, Supervisora de Campo e Coordenadora do Fórum de Trabalhadores/as do SUAS/Baixada Santista - E-mail: fr.aurora@gmail.com.

⁵ Discente de Graduação em Serviço Social da Unifesp. E-mail: ayasha.gabi16@gmail.com.

ABSTRACT

The coronavirus pandemic posed numerous challenges to Universities for the organization of teaching, research and extension processes. This article will reflect the conditions of the supervised internship, developed in the first semester of 2021, in the Social Service Course at Unifesp – Baixada Santista Campus, from the contribution of the three subjects involved: students, field supervisors and academics, during the training course, in the context of the Covid-19 pandemic. The data reflect how the supervised internship process was followed, its particularity in professional training, the collective responses found to the challenges and, above all, the uncompromising defense of public, classroom and socially referenced education

KEYWORDS: *Social Work, Supervised internship, Ethical-political Project, Coronavirus pandemic.*

INTRODUÇÃO

*A partir daquele momento,
não houve quem não fosse
fecundado pela esperança, dom
que Bamidele trazia no sentido de
seu nome. Toda a comunidade,
mulheres, homens, os poucos
velhos que ainda persistiam vivos,
alguns mais jovens escolheram
não morrer, os pequeninhos que
ainda não tinham sido
contaminados totalmente pela
tristeza, todos se engravidaram da
criança nossa, do ser que ia
chegar.*

Conceição Evaristo – *Olhos
D'Água*, Rio de Janeiro, 2018, p. 113.

O processo de organização do estágio supervisionado em Serviço Social nos mobilizou a elaboração desse texto, o qual foi sistematizado, em face da pesquisa realizada no primeiro semestre de 2021, tendo o estágio supervisionado do Curso de Serviço Social da Unifesp – *Campus* Baixada Santista, o seu *locus* de análise, no contexto da pandemia do coronavírus, Covid-19. A pandemia do coronavírus impôs inúmeros desafios às Universidades, para a organização dos processos de ensino, pesquisa e extensão. No que se refere ao Curso de Serviço Social da Unifesp. O contexto sociopolítico agravado pela pandemia exigiu dos sujeitos que compõem o estágio: coordenação de curso, docentes, supervisores/as acadêmicos/as, supervisores/as de campo, técnicos administrativos em educação e discentes do Curso de Serviço Social, construções coletivas que promovessem

o diálogo fecundo entre os pares para a apreensão crítica dos reflexos da pandemia no ensino superior, e de modo específico, no estágio supervisionado.

Planejar e desenvolver a supervisão nas duas dimensões e avaliar o primeiro semestre de 2021⁶ nos exigiu a elaboração de um breve levantamento de dados que nos oferecesse informações dos três sujeitos do estágio (discente, supervisor/a de campo e acadêmico/a), em relação ao modo como cada um avaliava o processo educativo e, sobretudo, propor ações para prosseguir o estágio supervisionado, no segundo semestre de 2021.

Para o primeiro semestre acadêmico de 2021, realizado de abril a agosto de 2021, o curso de Serviço Social da Unifesp construiu e deliberou com sua comunidade acadêmica, que o estágio curricular obrigatório fosse ofertado somente para um grupo de discentes – concluintes 2021, em estágio com bolsa e ingressantes no curso até 2017 (que tiveram seu processo de estágio interrompido em 2020 em decorrência da suspensão das atividades acadêmicas presenciais). O curso optou por uma retomada gradual, avaliando semestralmente as condições sanitárias e objetivas para o estágio.

Ressaltamos o princípio da defesa da universidade pública, gratuita, democrática, presencial, laica e socialmente referenciada, articulando ensino, pesquisa e extensão e a afirmação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS⁷, como resistência aos projetos de mercantilização e precarização do ensino superior acentuados na atual conjuntura brasileira.

Esse processo de mercantilização do ensino, no contexto da pandemia, afrontou centralmente o ensino de graduação e pós-graduação exigindo do conjunto das entidades ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO ampla articulação para responder os ataques e as tentativas de desmonte das diretrizes curriculares em seus princípios éticos-políticos.

O ensino emergencial remoto não corresponde ao projeto de formação profissional crítica e comprometida com os valores do projeto ético-político, por isso, avaliar esse período do estágio supervisionado busca reafirmar os fundamentos teóricos-

⁶ Levantamento feito com os três sujeitos do estágio supervisionado: discentes, supervisão acadêmica e supervisão de campo.

⁷ A Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), a partir de 1998 passou a denominação de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Esse processo de avaliação da formação profissional do/a assistente social brasileiro, foi mediante um amplo debate coletivo entre as Unidades de Ensino e as entidades representativas da categoria, o que resultou na elaboração e aprovação da Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, na XXIX Convenção Nacional de ABESS, em Recife, 1996.

metodológicos, éticos-políticos e técnicos-operativos que orientam o projeto profissional do Serviço Social.

Os aspectos legais e políticos do projeto de formação profissional, tais como: as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão - Lei 8.662 de 7 de junho de 1993 (DOU de 8.6-1993), a Política Nacional de Estágio de 2010 e as resoluções e posicionamentos políticos das entidades da categoria - ABEPSS, CFESS/CRESS, ENESSO são orientadores desse processo de análise.

Em relação ao estágio é necessário retomar a concepção presente na Política Nacional de Estágio, a qual estabelece que: o espaço de aprendizagem profissional, é um processo didático-pedagógico. Caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio do/a estudante nos espaços sócio-institucionais, nos quais trabalham os/as assistentes sociais, capacitando-o/a nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o trabalho profissional (ABEPSS/PNE, 2010).

Desse modo, compreender como ocorreu o seu desenvolvimento no contexto da pandemia de Covid-19, no Curso de Graduação da Unifesp, é dialogar com os desafios impostos por um contexto mundial de crise sanitária.

Para contribuir com essa análise e as ações de enfrentamento aos ataques privatistas do ensino superior, a ABEPSS, em maio de 2021, elaborou o documento “A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial”, com a finalidade de subsidiar amplamente o debate no interior do curso de Serviço Social no Brasil, sobre a formação em Serviço Social e os impactos do Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Um grupo de representantes⁸ dos sujeitos envolvidos no processo (supervisor/a de campo, acadêmico/a e discente), indicados em um Encontro de Supervisores/as de Estágio, somados com a coordenação da Comissão de Estágios do Curso de Serviço Social da Unifesp, propôs um levantamento de dados com objetivo de avaliar o desenvolvimento do estágio realizado pelo Curso, no primeiro semestre de 2021, no contexto da pandemia de Covid-19; apontar as ações envidadas para sua realização, os desafios do processo e subsidiar o planejamento do segundo semestre acadêmico de 2021. O levantamento dos

⁸ Grupo de Trabalho – Avaliação do Estágio no contexto de pandemia: assistente sociais supervisoras de campo: Dulcilene Santiago Souza Gaspar, Eliana Souza dos Santos, Marcia de Barros Lima, Aurora Fernandez; discentes: Ana Laura Mônico Brandão Campoó e Ayesha Gabriela Porto; supervisora acadêmica: Prof^ª Dr^ª Francisca Rodrigues de Oliveira Pini; coordenação da Comissão de Estágios do curso de Serviço Social da Unifesp, assistente social: Me Heloise Helena Pereira Nunes.

dados ocorreu no período de 13 a 23 de julho e teve 31 respostas, sendo: 14 discentes, 13 supervisores/as de campo e 4 supervisores/as acadêmicos/as.

PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO PROFISSIONAL

O Serviço Social na história da formação vem buscando centralidade e qualificar cada vez mais o lugar do estágio no processo da formação profissional. Por isso, uma ampla ação em nível nacional foi desencadeada para debater, formular e aprovar a Política Nacional de Estágio, de 2010, e, com ela, o estágio conquistou reconhecimento no debate e vem se fortalecendo no campo da formação profissional, em face de suas diretrizes construídas coletivamente.

A questão central do levantamento era compreender como foram desenvolvidas as atividades de estágio no modo remoto e presencial. Em relação ao estágio com atividades remotas e presenciais, as respostas dos/das discentes foram distintas, devido ao formato de estágio em que estavam inseridos. Os/as discentes em estágio com atividades remotas, em geral, apontaram que suas vivências foram acompanhadas por ambas supervisões de estágio (de campo e acadêmica), contudo, foram apontadas as dificuldades impostas pelo contexto remoto, tais como: questões de ajustes de horários, gestão integral dos dados por meio virtual, segurança por haver a possibilidade de ser gravado a conversa e também houve posicionamentos de clara rejeição ao estágio de forma remota, por haver perdas no processo à distância, sobretudo, relacionadas ao desmonte da educação, das universidades e os enfrentamentos necessários para que o remoto deixe de ser uma situação de excepcionalidade e se torne uma constante.

Os/As discentes em estágio com atividades presenciais verbalizaram dificuldades, como os/as demais colegas, contudo, de outras naturezas, tais como a insegurança e medo em relação a exposição ao Covid-19 no estágio e no deslocamento até o campo, discordâncias com as condutas profissionais, entre outras. Dentro dos apontamentos feitos nas respostas, a principal foi a respeito do estágio ser um espaço de aprendizados que proporciona momentos importantes de reflexão e enriquecimento da formação, mas também reflexão e crítica acerca do futuro profissional, quais condutas condizem ou não com o momento da formação, de acordo com os princípios éticos da profissão.

Na compreensão de Guerra (2000), a formação profissional precisa assegurar no percurso do processo educativo a capacidade de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social, para que se possa formular ações coletivas que permitam ultrapassar a imediaticidade do atendimento.

Nesse sentido, a Política Nacional de Estágio (PNE, 2010) compreende que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino e aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria e prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático.

Desse ponto de vista da supervisão direta é consenso que houve a supervisão, tanto pelos/as assistentes sociais dos espaços sócio-ocupacionais, quanto pelos/as docentes da supervisão acadêmica. A questão central apresentada pelos/as discentes foi com a defesa do ensino público presencial e o receio que este formato excepcional pudesse se tornar regra.

Outro aspecto destacado pelos/as estudantes que vivenciaram o estágio com atividades remotas foi “a perda da experiência pessoal e a apreensão das expressões da questão social”.

A preocupação para com as atividades remotas, seu desenvolvimento, atribuições, aprendizado e as limitações do novo formato foi algo que afligiu os/as discentes, sendo sinalizado em suas respostas. As inseguranças foram tanto para os/as que decidiram ir a campo, apesar do medo da exposição ao Covid-19, quanto para os/as estudantes que realizaram atividades remotas de estágio. Inseguranças sobre a apreensão dos modos de vida da população, território, sobre o serviço em si, por meio de um computador, foram pontos importantes indagados nas análises que se expressaram em suas respostas no questionário.

[...] o estágio em Serviço Social tem uma autoimplicação entre suas dimensões formativas e interventivas e uma dimensão pedagógica teórico, técnica-política, que constitui o fio condutor da supervisão. Seu processo está inserido na dinâmica da formação profissional, na organização e na gestão do trabalho organizacional. Portanto, sofre os impactos destes modelos. Faz-se necessário pensar seus contornos (ABEPSS, 2021, p. 29).

Evidentemente, que a precarização do ensino e o posicionamento em relação ao ensino à distância fazem parte da agenda de lutas da ABEPSS, do CFESS/CRESS e da

ENESSO. Com a pandemia de Covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, houve agravamento e, com isso, o Ministério da Educação, a partir do segundo semestre de 2020, formalizou a modalidade do Ensino Remoto Emergencial (ERE), por meio da Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus.

Já nos apontamentos dos/das supervisores/as de campo houve, assim como para os/as discentes, diferenciações nas respostas a depender de ser um espaço que ofertou um estágio com atividades remotas ou presenciais⁹. Para aqueles/as que estavam supervisionando estágios remotamente, dentre as dificuldades citadas estão o acesso do/a usuário/a aos meios de comunicação, a não possibilidade de participação dos/as estagiários/as em espaços, o que gera perdas e lacunas de aprendizados e vivências, pouco tempo para a aproximação da demanda de trabalho, entre outros.

Foi colocado também como importante que esse formato auxiliou na preservação dos/as estudantes, assim como as reflexões foram enriquecedoras neste processo, não só para os/as estudantes como para os/as assistentes sociais. Alegaram que o processo se configurou como um desafio, pois compreendem a importância do ensino-aprendizagem na vida do discente e pela contribuição que os/as estagiários/as (e a academia) promovem aos serviços sociais institucionais. Alegaram também, que com o atendimento ao cidadão-usuário prejudicado pela falta de acesso, e com o recrudescimento da desigualdade social, as condições de oferta de campo de estágio estão prejudicadas. As condições ético-técnicas, segundo os/as profissionais, foram preservadas tanto na intervenção presencial quanto na intervenção remota com seus/suas estagiários/as, pois trata-se de determinação profissional e comprometimento ético com o trabalho profissional. Destacaram ainda, que os eventos relacionados ao estágio, ofertados pela Unifesp e com base nas manifestações ABEPSS-CFESS-ENESSO, foram de fundamental importância para orientar esse processo¹⁰.

⁹ Supervisores/as participantes do levantamento desenvolvido no primeiro semestre de 2021.

¹⁰ Durante o primeiro semestre acadêmico de 2021, a Comissão de Estágios do Curso de Serviço Social manteve suas atividades de forma remota e realizou Encontros de Supervisores/as de Estágios (um ao início do semestre, para planejamento e outro ao final, para avaliação do processo), o XXII Fórum de Supervisão de Estágios “A Importância do Estágio no Processo Formativo: Desafios em Tempos de Pandemia” e o curso de Extensão para assistentes sociais supervisores/as de campo “Trabalho e Formação profissional: a particularidade das relações étnico-raciais no cotidiano do estágio”.

Nestes apontamentos dos/das supervisores/as de campo observa-se o diálogo com a Resolução do CFESS, nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio supervisionado no Serviço Social e o conhecimento da posição da ABEPSS, sobre sua posição veiculada, em 23/06/2020, quando alerta “para as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem”.

É importante destacar que parte dos/as assistentes sociais que supervisionaram o estágio remotamente estavam também trabalhando neste formato. Nesses casos, o estágio acompanhou o impacto da pandemia no trabalho profissional e, muitas das limitações identificadas no levantamento não se limitavam ao estágio, mas expressavam os desafios cotidianos no trabalho do/a assistente social no contexto de trabalho remoto. Densos debates acerca da instrumentalidade do trabalho profissional foram trazidas para a supervisão conforme aponta Guerra (2009):

[...] é por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações (GUERRA, 2009, p. 2).

Diante dessa conjuntura imposta pela pandemia, as respostas profissionais foram articuladas com o conjunto das forças coletivas, tomando como exemplo os momentos das conferências de assistência social, que conseguiram mobilizar a população/usuária dos serviços socioassistenciais para o debate sobre democracia, o desmonte dos serviços públicos e o significado político social da participação coletiva.

Diante desse quadro, a gestão da ABEPSS “Aqui se respira luta!” entendeu que uma das prioridades de gestão era construir um **mapeamento dos impactos do Ensino Remoto Emergencial (ERE)**, lançado em junho de 2021, com análises da área de Serviço Social com aporte das regionais da entidade, a partir do levantamento das seguintes informações:

1. Avaliações sobre ERE realizadas pelas Unidades de Formação Acadêmicas – graduação e pós-graduação.
2. Situação do estágio supervisionado.

3. Identificação das principais alterações nos projetos pedagógicos dos Cursos em sua relação com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996.

4. Condições de trabalho docente (graduação e pós-graduação).

5. Condições concretas das/os discentes de graduação e pós-graduação para a realização das atividades propostas.

O levantamento apontou questões que nos desafiam a enfrentar a precarização da formação profissional, na graduação e na pós-graduação, em sua expressão mais complexa, que é o Ensino Remoto Emergencial. Com relação ao Estágio supervisionado em Serviço Social em tempos de Ensino Remoto Emergencial, desafios para a formação acadêmico-profissional o documento apontou:

[...] um dos desafios é a sustentação do debate que expressa, em um projeto denominado pela categoria profissional de 'Projeto Ético Político', o princípio de que o estágio é uma atividade que compõe o processo de formação e trabalho profissional do/a assistente social, alicerçado pelas dimensões jurídico-política e político-organizativa da profissão (ABEPSS, 2021, p. 30).

Todas as problematizações trazidas no documento em relação ao estágio quanto: assegurar o plano de estágio, o acompanhamento, a avaliação e o desenvolvimento político-pedagógico, e como a assegurar a concepção de supervisão direta no contexto do ensino e do trabalho remoto emergencial foram asseguradas pelos três sujeitos nesse processo.

As condições éticas e técnicas, de acordo com a resolução do CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, que orientam as condições necessárias para o trabalho profissional do/a assistente social, foram amplamente debatidas, tanto pelos/as discentes, quanto pelos/as assistentes sociais, tendo em vista que considerando a necessidade de distanciamento social, alguns espaços de trabalho não foram adaptados e os espaços, por vezes, não asseguraram o sigilo em relação aos atendimentos, pelo fato da necessidade de ventilação nos locais.

Tratando-se dos/as supervisores/as acadêmicos/as, percebe-se que houve enfrentamentos de inúmeras adversidades, a começar pela demanda de supervisionar grupos com discentes em dois formatos de estágio diferentes, principalmente por terem que se adaptar ao estágio com atividades remotas e suas particularidades, exigindo dos/as mesmos/as muito trabalho de reflexão e diálogo, além da sobrecarga de trabalho docente. As questões trazidas pelos/as discentes possibilitaram análises densas em relação à

consecução de políticas públicas, ausência do Estado na prestação de serviços sociais, o recrudescimento da desigualdade social, a situação política do país e a desresponsabilização estatal, sobretudo em contexto de crise sanitária.

Retomando Iamamoto (2001) em sua reflexão sobre a análise da questão social:

[...] é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais (p. 10).

Por isso, ressaltamos, que o conjunto das expressões da questão social já existia antes da pandemia e com a crise sanitária se acentuou. Nesse cenário a população mais impactada foi e continua sendo, as populações negras e indígenas, pela precarização do trabalho, pelo desemprego e por ausência das condições materiais para sua reprodução.

Por isso, a exigência da formação e do trabalho profissional conseguirem imprimir a dimensão investigativa para a leitura da realidade e construir respostas coletivas como nos aponta Guerra (2009):

[...] Daí a necessidade de formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas/e ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica (p. 1).

O lugar do estágio no processo da formação como potencializador das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas não é o único momento, mas ocupa um espaço relevante da síntese do percurso educativo.

As dificuldades apresentadas pelos/as supervisores acadêmicos no que se refere às condições de trabalho em modo remoto trouxeram prejuízo em relação ao processo de ensino e aprendizagem, no que se refere as dificuldades dos/das discentes de acompanharem os encontros, como o excesso de trabalho que exigiu esse modelo. No entanto, avaliam que os processos coletivos articulados pela Comissão de Estágios aproximaram o diálogo entre os pares: discentes – supervisão de campo – supervisão acadêmica.

Com a realização da pesquisa, evidenciou-se que a primeira preocupação dos/as supervisores/as de campo e acadêmico/a diz respeito a saúde dos/das discentes, diante do

assombro da infecção por Covid-19, que dizimou mais de 600 mil vidas no Brasil, conforme dados do Ministério da Saúde¹¹. A segunda preocupação tem relação com os desafios profissionais que levaram os/as assistentes sociais de campo a "aprender" supervisionar discentes de Serviço Social, por meio de atividades remotas, que mesmo emergencial exigiu imensos conhecimentos.

No Curso de Graduação da Unifesp, houve ampla discussão no conjunto da coordenação do curso e comissão de estágios de modo a assegurar a institucionalização do debate, acerca do estágio supervisionado. A Universidade assegurou curso de protocolos de biossegurança e equipamentos de proteção individual (EPIs) aos/as discentes em atividades presenciais, de estágio de acordo com as recomendações oferecidas pelo Organização Mundial da Saúde (OMS).

AFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Ao propiciar espaços de diálogo, a Unifesp reconhece a importância da tríade: discente, docente e assistentes sociais atuantes nos espaços sócio-ocupacionais, ou seja, uma via de mão tripla que alicerça e qualifica o desenvolvimento da profissão no país, com destaque para estudos e pesquisas que demarcam a posição da profissão (direção política).

Conforme nos ensina Barroco (2012) quando analisa o projeto emancipatório e o projeto profissional do/a assistente social e afirma que o Serviço Social reconhece o processo de reprodução das relações sociais capitalistas e que, a partir dos serviços, este profissional reproduz simultaneamente e contraditoriamente os interesses e as necessidades do capital/trabalho, mas, pela opção política que faz (numa perspectiva histórica, ética e crítica) os/as assistentes sociais colocam-se a serviço da classe trabalhadora, por meio de suas instituições e serviços. Para Barroco (2012):

[...] nesse sentido, projeto societário e projeto profissional deixam de se colocar como antíteses, oferecendo a possibilidade de elaboração de mediações estratégicas que possam contemplar atuações diferenciadas: no campo estritamente institucional, no âmbito mais amplo das lutas da categoria e no espaço de participação política do profissional como

¹¹ Em 6 de dezembro de 2021, a página oficial do Ministério da Saúde registrava 615.636 óbitos confirmados em decorrência da Covid-19.

cidadão e sujeito político em lutas que articulam a emancipação social e política com projetos de emancipação humana (p. 67).

Assim, essa análise busca trazer para o chão cotidiano da formação e trabalho profissional os desafios postos pela realidade social em relação ao estágio supervisionado e reafirma a necessidade do trabalho coletivo e do compromisso ético e político com o projeto de profissão.

Outro destaque é o indicativo de que as ações poderiam ter sido construídas coletivamente, no conjunto das IES da região da Baixada Santista, tendo em vista que foi presenciado em outros locais, a não interrupção de atividades presenciais de estágio que, embora tenha cumprido com as determinações acadêmicas, não refletiu sobre as condições mínimas e adequadas de segurança ao/a discente pelo fato de não estarem imunizado contra a doença.

A grave crise sanitária que se abateu sobre o Brasil no início do ano de 2020 trouxe também grave crise social, econômica e política que culminou em maior desigualdade social expressa pela fome e desemprego, trazendo inúmeras demandas para a ciência, em relação ao processo de contágio, prevenção, casos que vão a óbitos, quanto ao entendimento dos processos sociais desencadeados pela pandemia.

Questiona-se o entendimento do governo federal que, diante de tamanha complexidade, priorizou a retirada de direitos da classe trabalhadora absolutamente afetada pela sindemia, compreendida pela interação entre várias causas – violência, outras doenças, falta de estrutura habitacional, de saneamento básico, desmatamento, desemprego e fome, que atuaram como agravantes a Covid-19, ou seja, que não se trata apenas de buscar soluções biomédicas para o trato com a questão (CEE FIOCRUZ, 2020).

Para além do desempenho do governo federal, que refuta o tempo todo, os protocolos da OMS em relação à pandemia, percebemos a venda das soberanias nacionais, a priorização dos interesses do agronegócio, a retirada de direitos indígenas, o aumento do custo de vida e o ataque à democracia que culminou no ataque às instituições democráticas.

A preocupação maior dos profissionais do serviço social em relação aos/as discentes estagiários/as deve centrar-se na análise e interpretação dos processos sócio-históricos que fundam a formação social, histórica e cultural da população brasileira, bem como centrar-se na crítica em relação à sociabilidade capitalista em nossa sociedade (do

individualismo, do consumismo, da apartação, dos preconceitos e das hegemonias da elite e do mercado), pois urge a reflexão sobre o pensamento irracional-conservador, que retomado, serve única e exclusivamente a opressão da classe trabalhadora e a manutenção do *status* da elite e seus interesses.

Diante dessa nossa compreensão sobre o processo histórico, sobre conjunturas e contextos que tomamos da história e da experiência desse tempo vivido, devemos pôr em perspectiva a defesa incontestada pela continuidade das políticas públicas que garantem e traduzem as lutas materializadas nas conquistas constitucionais, que estabelecem direitos sociais (art. 6º., CF,1988) e que são de inteira responsabilidade e obrigação estatal.

Para o os espaços sócio-ocupacionais é relevante que o/a discente consiga compreender a história dos direitos sociais, a luta por políticas públicas - atualmente com ataques frontais na implementação e tão desfinanciadas, pois compreendendo sua dimensão, fará maior defesa e contribuição nos processos coletivos dos movimentos sociais.

No texto *Formação em Serviço Social: ausências e presenças*, de Aldaíza Sposati (2019), ela destaca que o processo de formação profissional em Serviço Social deve culminar em atuação profissional, que leve em consideração "conhecimentos, capacidade estratégica e ético-operativa para trabalhar institucionalmente com a efetivação de direitos sociais do cidadão e da cidadã" (p. 14), isso porque ela tece crítica à formação genérica que não dialoga com o trato dado às políticas sociais – seus avanços e desafios, sua implantação e implementação nos Estados e municípios, como oferta de garantias constitucionais que devem ser conhecidas e defendidas. Para a autora, deve-se oferecer formação profissional que reconheça o "sofrimento real das pessoas" diante desse cenário socioeconômico de perdas e desobrigação estatal, fazendo com que os discentes consigam “dar visibilidade às ausências de acesso aos direitos sociais" (p. 24).

Para a educação brasileira restaram muitos reveses com o advento da pandemia, como o fechamento das escolas, a ausência da política de alimentação escolar, a precária estrutura das escolas públicas em garantir ensino remoto, a ausência de multimeios a alcançar todos os discentes, a fragilidade nas condições oferecidas para realização do Enem e o abandono e desistência de grupo expressivo de discentes, do percurso formativo.

Para as IES, uma questão fundamental diz respeito aos estágios supervisionados uma vez que não houve consenso nacional em relação à proteção dos/as estagiários/as que

continuaram em atividade presencial, expostos à contaminação, mesmo porque a política nacional de vacinação preteriu estudantes em um primeiro momento. Os/As que mantiveram estágios presenciais puderam conviver em seus espaços institucionais garantindo aquilo que é muito caro aos/as supervisores/as e discentes: a relação social que se estabelece entre as partes, o aprendizado e as vivências setoriais e intersetoriais.

Nas IES públicas os/as discentes tiveram suspensos seu estágio (em um primeiro momento), dada a reflexão sobre a grave questão sanitária e o cuidado, e foram protegidos/as por dispensa e pela necessidade de isolamento social, contudo, mesmo em atividade remota, os/as discentes pesquisados/as teceram comentários e críticas em relação as perdas sofridas por não terem vivenciado o cotidiano do espaço socioinstitucional tão desejado.

Diante desse cenário restou avaliar a formação profissional e compreender, conforme Barroco (2012), que essa formação é pautada em valores e finalidades do Código de Ética, que devem ser compreendidos a partir de uma "reflexão ética" (p. 99), e nos permite questionar, indagar o significado dos valores contidos no Código e a relação destes com a realidade vivida, ou seja, que essa reflexão sobre valores considera o estabelecimento de um "diálogo socialmente construído na inter-relação com outros sujeitos e suas vivências, daí a necessidade fundamental da presença dos outros na construção da reflexão em todo o processo" (p. 100).

Ela ainda destaca que cursos a distância tem sido alvo de crítica acertada porque a modalidade Ensino à Distância - EAD, por exemplo, precariza o aprendizado e dá azo a mercadorização do ensino, contudo, ela enfatiza que a "utilização de meios virtuais pode ser extremamente importante para o trabalho profissional, permitindo o desenvolvimento de inúmeras formas de criatividade, além das já utilizadas" (p. 100), para ela, o meio virtual pode ser instrumento que sirva a dois senhores: a alienação ou o senso crítico, a depender do compromisso e da criatividade de quem os use. No caso da pandemia, a utilização de multimeios colocou-nos todos à prova, sobretudo nas condições precárias do desenvolvimento do trabalho profissional, em faces das transformações mundiais.

[...] a dialética trabalho/formação profissional encontram-se os enigmas que nos permitem desvelar os desafios e as perspectivas da/para a profissão. Nessa direção nosso foco são as transformações do mercado de trabalho buscando captar os interesses do capital na construção de novas estratégias para sua autovalorização, enfrentando sua crise resultante da complexificação de suas contradições, as quais, na fase monopolistas, se

tornam mais acirradas com o aumento exacerbado da concentração e centralização do capital (GUERRA, 2020, p. 39).

Em um contexto em que a classe trabalhadora se encontra mais de 40% na informalidade (IBGE/2020), vale salientar que estágio supervisionado nunca foi "trabalho" e é vedado ao/a assistente social "permitir ou exercer supervisão de aluno em instituições públicas ou privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário", conforme o Código de Ética (BARROSO, 2012), por isso a importância da regulação de órgãos controladores e o cuidado com o objetivo da contratação de estagiário/a.

Diante das conquistas do Código de Ética e das resoluções do CFESS/CRESS, bem como as diretrizes curriculares e a PNE (2010), a supervisão de estágio em Serviço Social conquistou um espaço particular na formação profissional e a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional. Por isso, os CRESS nos Estados cumprem um papel fundamental tanto na orientação, quanto na regulação do estágio supervisionado, quando as IES informam a inserção dos/das estudantes nos espaços. Há atribuições explícitas tanto para o/a supervisor/a acadêmico/a, quanto o/a supervisor/a de campo nesse processo formativo.

Destaca-se uma obrigação conjunta que diz respeito ao planejamento de atividades inerentes ao estágio, contidas em cronograma de supervisão sistemática e presencial, além das propostas que constam de um plano de estágio. Justamente essa importante atividade educativa, sob a supervisão sistemática e presencial na pandemia em que alguns espaços de estágio foram remotos, os esforços para adoção de nova sistemática se fizeram necessários.

Fazemos a crítica em relação ao ensino a distância, ensino virtual, ensino remoto emergencial, pois não somos favoráveis a mercantilização e aligeiramento do ensino superior, embora o MEC o admita contudo o estágio remoto, mas na análise dos/das participantes dessa pesquisa, o fato de ter possibilitado espaço de conhecimento, troca de experiências, em relação ao contexto de pandemia e as consequências desse processo a população/usuários dos serviços sociais dificultou a apreensão do chão do cotidiano, o que viola os princípios das diretrizes profissionais e do Código de Ética, pelo fato da população não ter conseguido acessar a informação em tempo real.

Foi unânime a menção dos/as assistentes sociais em relação às graves perdas sofridas pelo/a discente que não conseguiu vivenciar/experienciar seu campo de estágio,

mesmo sabendo das consequências ocorridas nas instituições pelo fechamento de serviços, pela diminuição da presença do cidadão que se utiliza de serviços sociais, ou pela precarização das relações de trabalho do profissional. Lamentou-se a dificuldade de aproximação do/a estagiário/a com o cidadão (visitas domiciliares, grupos, atenções, acessos e garantias).

A preocupação com a segurança e saúde do/a estagiário/a foi muito mencionada. Por outro lado, esses/as profissionais preferiram dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem com o desafio de criar e adaptar suas estruturas para garantir a supervisão remota aos/as seus/suas estagiários/as, o que permitiu a continuidade da reflexão sobre a profissão, sobre as políticas públicas em desmonte e sobre o contexto mundial e nacional, a partir dessa experiência humana de sobreviver a uma pandemia.

As atividades ofertadas foram readaptadas ao contexto novo para que o/a estagiário/a não se distanciasse do campo, pois estes/as assistentes sociais compreenderam seu papel (e obrigação profissional) diante da crise e seu compromisso com a supervisão de campo.

Quanto ao compromisso ético-técnico, os/as assistentes sociais compreendem que essa dimensão é intrínseca ao compromisso profissional e que essa determinação profissional independe do contexto de pandemia para se manifestar. Enfatizaram a importância da IES ter proporcionado orientações e atividades (reuniões, eventos e cursos) que aproximaram o campo da Universidade, já que este momento se traduziu em inquietação e vulnerabilidade por parte do/a profissional da instituição e do/a profissional da academia, o que possibilitou maior diálogo.

É parte do processo da supervisão de campo e acadêmico, como reflete Lewgoy (2010) articulação das dimensões teórico-metodológicas, éticos-políticas e técnico-operativas como construtoras de conhecimento acerca da realidade.

As exigências postas aos assistentes sociais, aos docentes e os/as discentes durante o estágio foi adensar a nossa compreensão sobre o racismo presente nas instituições e construir processos que apontassem no horizonte para uma educação antirracista (EURICO, 2020).

Por isso, que de forma coletiva construímos curso de extensão específico para supervisores de campo que articulasse o debate acerca das relações étnico-raciais, evidentemente que essa ação é fruto do acúmulo do debate desenvolvido pelas entidades da

categoria e que tem ecoado na Unifesp, principalmente, no Curso de Serviço Social. Em relação ao trabalho profissional vale salientar que houve esforço de profissionais (sobretudo de prefeituras) pela reivindicação da vacinação aos/as estagiários/as, tendo em vista que algumas prefeituras priorizaram todo o corpo do funcionalismo (independente da prioridade) e o/a estagiário/a foi considerado e contemplado. Houve também a iniciativa da própria IES em encaminhar discentes em estágio à vacinação prioritária em diálogo com a prefeitura do município de Santos.

No estágio presencial houve a diminuição das atividades como visitas domiciliares, grupos ou entrevistas, mas esses/as profissionais enfatizaram a importância da presença do/a estagiário/a mesmo diante desse "novo fazer", demonstrando que o/a estagiário/a "não estava sozinho" nesse processo, já que espaços presenciais são enriquecedores, potentes e propiciam vivência, aprendizado e troca. Desse modo, consideramos que todos os esforços profissionais foram investidos para a defesa do estágio supervisionado como parte constitutiva do projeto ético-político (CAPUTI; MOREIRA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do GT de Avaliação do estágio no contexto de pandemia, do curso de Serviço Social da Unifesp era ler e analisar essas impressões sobre o processo de ensino-aprendizagem que ocorreu em meio à pandemia e sob as orientações dos materiais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS), sistematizar uma produção que pudesse avaliar essa experiência e contribuir para novas ações em relação ao processo do estágio supervisionado.

Vale destacar a necessidade da continuidade da pesquisa com outros/as discentes e supervisores/as que podem estar interessados em responder as questões no segundo semestre e, desta forma, ampliar o rol de participantes. Seria igualmente importante chamar para esse debate o CRESS da região que possui núcleos – NUCRESS – em diferentes cidades, que realizam debates permanentes e que se configuram como espaços de aprendizagem para o debate da formação e o trabalho profissional.

Inegavelmente o estágio presencial em Serviço Social é uma obrigação. Ocorre que diante do novo contexto que se apresentou para o mundo, adaptações no contexto remoto

foram articuladas para que as perdas na relação ensino e aprendizagem do/a discente estagiário/a não fossem maiores.

Cabe ressaltar que a oferta do estágio com atividades remotas (dada a circunstância da pandemia e do trabalho do/a supervisor/a de campo) traduziu-se em espaço de interação social com o/a discente e com a IES, e que esse espaço pôde ser ressignificado, que não houve nenhuma redução de carga horária e o compromisso ético e político do/a assistente social e da supervisão acadêmica com o processo de ensino aprendizagem e com as diretrizes curriculares e com o Código de Ética Profissional, se mantiveram em todo o percurso.

Queremos, com isso, afirmar a nossa defesa pelo ensino presencial e que todas as formas de debates produzidas pelo conjunto das entidades neste período fortaleceram os nossos posicionamentos em relação à formação e trabalho profissional. A apreensão das expressões da questão social, os modos de vida, os anseios e desejos da população só podem ser captados na relação humana presencial. Por isso, como citado na epígrafe, nas palavras da autora Conceição Evaristo, que cada um e cada uma seja fecundado pela esperança das novas possibilidades, que somos capazes de construir na direção da luta e da resistência pelo nosso projeto de formação e trabalho profissional crítico e socialmente referenciado.

Recebido em dezembro de 2021 – Aprovado em dezembro de 2021

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Trabalho e Ensino Remoto Emergencial**. Disponível em <https://www.abepss.org.br/noticias/trabalho-e-ensino-remoto-emergencial-386>. Acesso em 10 out. 2021.

ABEPSS. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Gestão “Aqui se Respira Luta”. Disponível em <https://www.abepss.org.br/noticias/abepss-produz-documento-sobre-o-ensino-remoto-emergencial-459>. Acesso em 15 out. 2021.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, 2010. Disponível em

http://arquivos.mp.pb.gov.br/psicosocial/servico_social/politica_nacional_estagio.pdf Acesso em 15 out. 2021.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social, CFESS. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

BRASIL. **Portaria nº 544**, de 16 de junho de 2020. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em <https://www.gov.br>. Acesso em 10 out. 2021.

CAPUTI, L.; MOREIRA, T. W. F. **Estágio Supervisionado em Serviço Social**: contribuição para defesa do projeto ético-político profissional. Disponível em <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-607482245.pdf>. Acesso em 18 out. 2021.

CEE FIOCRUZ. **Covid-19 não é mais pandemia, mas sindemia**: o que essa perspectiva científica muda no tratamento. Disponível em <https://www.cee.fiocruz.br/>. Acesso em 14. out. 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Orientação Normativa n. 03/2020**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em <https://www.cfess.org>. Acesso em 10 out. 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS n. 533**, de 29 de setembro de 2008. Brasília, 2008.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS nº 493/2006**, de 21 de agosto de 2006. Disponível em https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em 10 out. 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Sobre a Incompatibilidade entre o Ensino a Distância e a Graduação em Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2015. Disponível em <https://www.cfess.org>. Acesso em 10 out. 2021

CORONAVÍRUS BRASIL. Disponível em <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em 6 dez 2021.

EURICO, M. Crescer e se desenvolver como sujeito de direitos: artimanhas do racismo estrutural. In: FÁVERO, E. T., PINI, F. R. O.; SILVA, M. L. O. (Org). **ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes**. São Paulo: Editora Cortez. 2020

EVARISTO. C. **Olhos D'Água**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional. 2016.

- GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ ABEPSS, 2009.
- GUERRA, Y. A instrumentalidade do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**. Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ ABEPSS, 2009.
- GUERRA, Y. Trabalho e formação profissional: desafios e perspectivas atuais ao serviço social brasileiro. In: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. B. G. (Org.). **Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020.
- IAMAMOTO, M. V. A. Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Ano. 2. Nº 3, jan./jul., 2002. Brasília. ABEPSS, Graflin, 2001.
- LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.
- RODRIGUES, M. L. (Org.); SPOSATI, A. **O Ensino Superior e a formação docente em Serviço Social**. Formação em Serviço Social: Ausências e Presenças. NEMESS Complex. PR: Appris editora, 2019.